

Promoção da Cidadania no Jornalismo Investigativo e de Dados Independente¹

Gabriela GIANNINI²

Criselli MONTIPÓ³

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR.

RESUMO

A partir do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que prevê a responsabilidade jornalística de promoção da cidadania, essa pesquisa averiguou quais direitos relacionados à cidadania prevalecem nas reportagens do jornalismo brasileiro independente e de dados, com o intuito de compreender se este modo de produção contribui para emancipar grupos socialmente marginalizados. O corpus de análise foi constituído por 39 reportagens submetidas à análise de conteúdo, selecionadas a partir do Mapa do Jornalismo Independente. Também foi realizado um questionário com os jornalistas autores das reportagens. Constatou-se que a mídia independente investigativa e de dados promove a cidadania, assim como, seus jornalistas acreditam no propósito da promoção da cidadania. Além disso, averiguou-se que os grupos marginalizados ocupam o protagonismo na narração dos fatos.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Independente; Jornalismo de Dados; Jornalismo Investigativo; Cidadania.

INTRODUÇÃO

Novas formas de produção jornalística têm surgido como alternativa ao modo de produção convencional. Ramos e Spinelli (2015) destacam que muitos jornalistas empreendedores vieram da grande mídia em busca de um jornalismo apartidário e sem fins lucrativos, com intuito de consolidar projetos jornalísticos independentes. Dentro deste contexto, a *Agência Pública*, um dos primeiros portais de jornalismo investigativo do Brasil, agrupou mais de 75 iniciativas independentes no Mapa do Jornalismo Independente, publicado em março de 2016.

A partir do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007) que prevê a responsabilidade jornalística de promoção da cidadania, especialmente quando se refere à defesa dos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), esta pesquisa se propõe a investigar a promoção da cidadania no jornalismo independente brasileiro com foco em portais de conteúdo investigativo e de dados,

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Graduada em Jornalismo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. E-mail: gabriela giannini@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Mestre e doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora do curso de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. E-mail: criselli@gmail.com.

listados no Mapa. O *corpus* foi selecionado para representar uma amostragem sem privilegiar momentos ou temáticas específicos, conforme sugere Bauer (2008).

Em um segundo momento, essa pesquisa elabora e aplica um questionário destinado aos jornalistas que produziram as reportagens independentes, investigativas e de dados analisadas com o intuito de averiguar se o exercício da prática está alinhado à promoção de direitos relacionados à pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa dessa pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica na qual alguns conceitos foram aprofundados. Sobre o recorte feito em jornalismo independente, investigativo e de dados, é importante ressaltar os conceitos: jornalismo investigativo, que para Sequeira (2005), no que diz respeito ao *corpus* dessa análise que se trata de reportagens, traz elementos-chaves como dimensão comparada, remissão ao passado, contexto e incorporação do fato a uma tendência e sua projeção para o futuro; jornalismo de dados, conceituado por Bounegru; Chambers e Gray (2012) como uma nova possibilidade jornalística, a qual acontece quando o exercício tradicional do jornalismo é combinado com a habilidade de contar uma história envolvente com a escala e o alcance absolutos da informação digital disponível e jornalismo independente, que Ramos e Spinelli (2015) trazem como uma migração de jornalistas que estão à procura de um jornalismo apertado e sem fins lucrativos.

No que tange ao recorte da promoção da cidadania, Gentili (2005), entende ser o jornalismo uma ferramenta democrática da promoção da cidadania, ressaltando a importância do direito à informação. Ser cidadão no Brasil, para Pinsky e Pinsky (2008) é ser livre, gozar de obrigações e igualdade de direitos sociais, políticos e civis.

A partir dessas leituras, foi escolhido como *corpus* de análise os onze portais classificados como jornalismo independentes⁴, investigativo e de dados presentes no Mapa do Jornalismo Independente criado pela Agência Pública, em março de 2016, são

⁴ iniciativas jornalísticas que se autointitulam “independentes” ou “alternativas”, os autores (DE ASSIS et al., 2017), notam que a onda atual tem características próprias que contribuem para a rediscussão de conceitos como autonomia, independência financeira e editorial. Para os referidos autores, esse novo arranjo possibilita tensionar a categoria da independência em um cenário pós-industrial, onde o ativismo contraria valores históricos do jornalismo. Deste modo, independência, liberdade e autonomia devem ser vistas como um todo e um meio pode ser considerado independente apenas se o observarmos em seu contexto.

eles: Agência Pública⁵, Amazônia Real⁶, AzMina⁷, Cidades para Pessoas⁸, Marco Zero Conteúdo⁹, Ponte¹⁰, Repórter Brasil¹¹, Aos Fatos¹², Lupa¹³, Livre.Jor¹⁴ e Volt Data Lab¹⁵.

Diante desse recorte, foi realizada a seleção das reportagens utilizando o conceito de semana artificial proposta por Bauer (2008). Em um primeiro momento, essa seleção era composta pela análise de sete reportagens de cada um dos onze portais selecionados, sendo cada uma delas, coletadas em dias da semana e meses distintos. Entretanto, com o avanço da coleta foi percebido que, justamente por se tratar de iniciativas independentes, muitos portais não apresentam periodicidade. Diante desta constatação foi preciso readequar a metodologia.

Desta forma, a estrutura metodológica de amostragem sugerida por Bauer (2008), foi mantida. Entretanto, foram selecionados quatro reportagens de cada portal, uma de cada mês (de julho a outubro), estabelecidos de acordo com o critério de atualidade, sendo a ordenação das semanas correspondente aos meses: julho, reportagens publicadas na 1ª semana, agosto na 2ª, setembro na 3ª e outubro na 4ª semana do mês. Assim, as reportagens selecionadas compõem uma amostra qualitativa, sem privilegiar temas ou períodos específicos.

Sequencialmente, as reportagens levantadas na primeira etapa do projeto foram submetidas ao método de análise de conteúdo proposto por Herscovitz (2010), que considera o conteúdo apresentado a partir das métricas de classificação de produtos, gêneros e formatos; buscando a identificação de elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias, permitindo assim, a comparação entre diferentes mídias, destacando tendências, critérios de noticiabilidade e enquadramento de agendamentos.

CATEGORIZAÇÃO

Para a análise das reportagens selecionadas, construiu-se a seguinte categorização:

⁵ Disponível em: <www.apublica.org>.

⁶ Disponível em: <www.amazoniareal.com.br>.

⁷ Disponível em: <www.azmina.com.br>.

⁸ Disponível em: <www.cidadesparapessoas.com>.

⁹ Disponível em: <www.marcozero.org>.

¹⁰ Disponível em: <www.ponte.org>.

¹¹ Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>.

¹² Disponível em: <www.aosfatos.org>.

¹³ Disponível em: <www.piaui.folha.uol.com.br/lupa>.

¹⁴ Disponível em: <www.livre.jor.br>.

¹⁵ Disponível em: <www.voltdata.info>.

Exercício da Cidadania: criada com o objetivo de averiguar se a reportagem promove alguns dos três direitos relacionados à cidadania propostos por Carvalho (2002), direito civil, que “são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”, (CARVALHO, 2002, p. 9); direito político, que se refere a “participação do cidadão no governo da sociedade [...] consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e de ser votado”, (CARVALHO, 2002, p. 9) e direito social que “incluem direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria”, (CARVALHO, 2002, p. 10). A partir da identificação da presença do exercício da cidadania nas reportagens, foi identificado a qual desses direitos a pauta se referia.

Fontes: essa categoria foi estabelecida com o intuito de averiguar quais tipos de fontes os portais ouviram para elaboração das reportagens, para sua construção foi utilizada a categoria proposta por Schmitz (2011) que considera a categoria, subdividida em primária, que fornece diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões e números; e secundária, que por sua vez, contextualiza, interpreta, analisa, comenta ou complementa a matéria jornalística; grupo, subdividida em oficial, fontes que têm relação com poder público; empresarial, que representa uma corporação, seja da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio; institucional, que representa organizações sem fins lucrativos ou grupo social; popular, caracterizada como pessoa comum, que se manifesta por si próprio; testemunhal, que participou do ocorrido e funciona como álibi da imprensa; e especializada, que são fontes de notório saber específico e crédito; e que pode ser anônimo, quando a fonte pede para não ser nomeada e identificada.

Personagem: categoria destinada à percepção da importância das fontes ouvidas para a reportagem, identificando a sua participação na narração da reportagem, segundo Brait (1985), em protagonista, que é aquela que ganha o primeiro plano da narrativa; ou coadjuvante, que são personagens secundárias.

Reportagem: essa categoria identifica o tipo de reportagem, conforme estabelecem Sodré e Ferrari (1986): reportagem de fatos, “trata-se do relato objetivo de acontecimentos, que obedece na redação à forma da pirâmide invertida”, (SODRÉ; FERRARI, 1985, p. 36); reportagem de ação, que é “o relato mais ou menos movimentado, que começa sempre pelo fato mais atraente para ir descendo aos poucos na exposição de detalhes” (SODRÉ; FERRARI, 1985, p. 36) e reportagem documental, que é descrita como “o relato documentado, que apresenta os elementos de maneira

objetiva, acompanhados de citação que complementam e esclarecem os assuntos”, (SODRÉ; FERRARI, 1985, p. 36).

Mídia: averiguação das mídias e formatos utilizados como forma de identificar relações entre o suporte e o conteúdo das narrativas apresentadas.

Dados Abertos: uma das premissas do jornalismo de dados é a utilização de dados abertos como recurso para construção de reportagens, nesse contexto, Hunter (2013) propõe a classificação de fontes abertas em notícias, que são informações previamente veiculadas em jornais, revistas, tv, rádio ou internet; de interesse especial, que são informações fornecidas por sindicatos, partidos políticos e associações comerciais, publicações acadêmicas (materiais publicados em âmbito acadêmico) e mídia de atores interessados, identificados como fóruns de usuários da internet, analistas financeiros, informativos ou revistas de sindicatos e agências governamentais, que são dados fornecidos por órgãos do governo e suas vertentes.

QUESTIONÁRIO APLICADO

Além da análise de conteúdo, foi realizado um questionário com os jornalistas que escreveram as reportagens coletadas. O questionário contém seis questões, foi aplicado virtualmente através da plataforma da Google para pesquisas online, intitulada Google Forms¹⁶ e foi enviado para todos os jornalistas que redigiram as reportagens analisadas com contato disponível na internet ou enviado para o respondente a partir de solicitação por meio de um email geral presente no portal. Essa variável resultou na falta de alguns contatos levantados, o que impossibilitou o envio do questionário para 100% dos jornalistas. Entretanto, foram obtidas oito respostas, o que foi suficiente para obter resultados significativos.

O questionário, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR¹⁷, foi realizado com base na proposta de Herscovitz (2010) de mesclar a análise de conteúdo quantitativa e qualitativa. As perguntas realizadas foram: “no dia a dia, como são escolhidas as pautas do portal?”; “como você escolhe as personagens que compõem a reportagem?”; “você acredita que existe alguma diferença no tratamento das personagens no jornalismo investigativo do jornalismo tradicional?”; “qual é a relevância do jornalismo independente e investigativo para o jornalismo?”; “você acredita que o

¹⁶ Disponível em: <www.goo.gl/forms/G7DL6h8r0Mx4tbYe2>.

¹⁷ CAAE: 69668417.3.0000.0020

jornalismo independente é uma forma de promoção da cidadania?” e “por quê? Detalhe a sua resposta, por favor”.

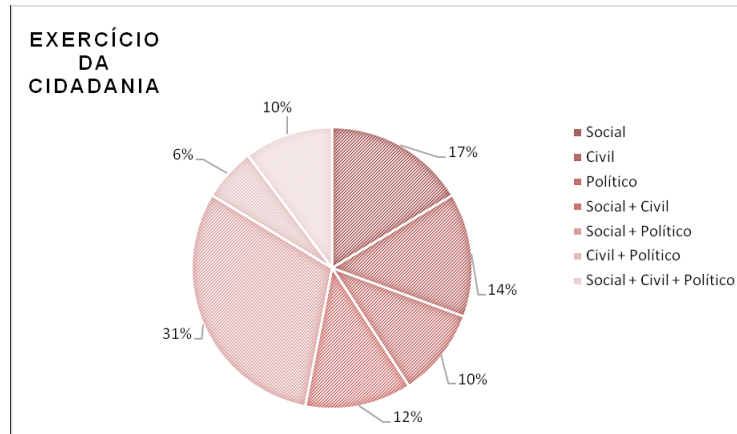
RESULTADOS

A partir da análise de conteúdo realizada com 39 reportagens extraídas dos onze portais analisados e do questionário que foi respondido por oito jornalistas, foi possível chegar a algumas considerações sobre a produção do jornalismo independente, investigativo e de dados no Brasil, no que tange às relações com as fontes e personagens ouvidos, no que se refere à emancipação de grupos socialmente marginalizados e na promoção da cidadania a partir dessa vertente de produção jornalística, que serão elencados a seguir:

Exercício da Cidadania

Foi constatado que as 39 reportagens analisadas apresentam algum dos três direitos relacionados à cidadania, sendo que a maioria delas traz conteúdos que abordam dois ou mais desses direitos, somando 59%.

Gráfico1 - Exercício da Cidadania



Fonte: GIANNINI, 2017.

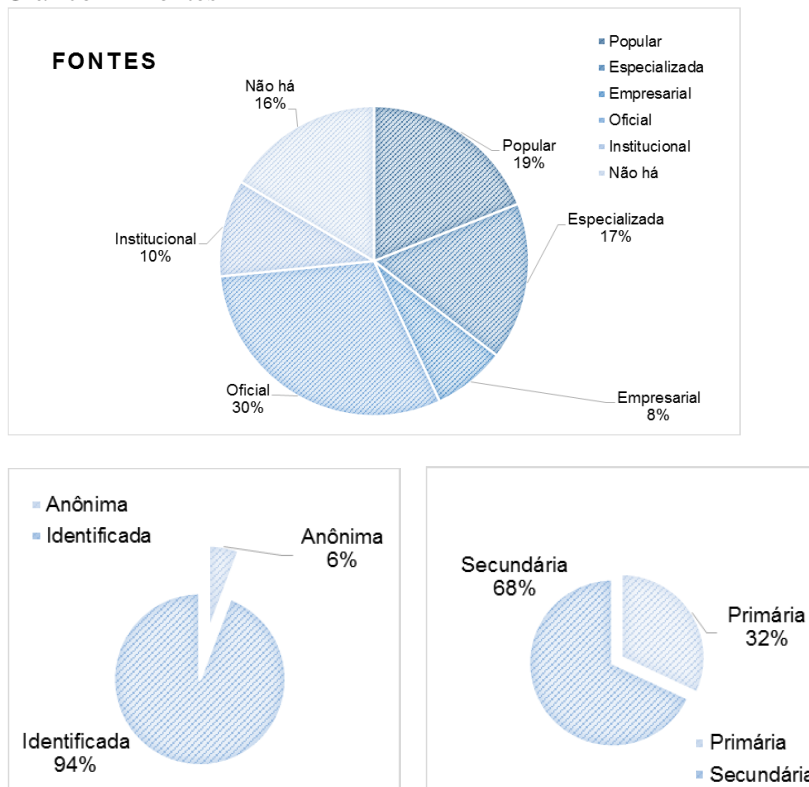
Reportagens que abordam direitos sociais e político ao longo da narrativa são a maioria, com 31%, seguido de reportagens que abordam questões relacionadas à direitos sociais 17% e, sequencialmente, aquelas que trazem o direito civil 14%. É importante ressaltar que 10% das reportagens analisadas trazem os três direitos simultaneamente relacionados à cidadania.

Fontes

No que compreende o estudo das fontes, constatou-se que, no que tange as categorias, fontes oficiais são, numericamente, mais ouvidas do que as demais categorias,

representando 30% das fontes consultadas nas 39 reportagens analisadas, entretanto, sequencialmente, as fontes populares, com 19%, são as mais ouvidas. Um fato interessante que pode ser observado é que em 16% das reportagens analisadas, não há fontes, essa característica é mais presente nos portais que trabalham com análise de dados, os quais, muitas vezes trazem análises dos dados levantados a partir do cruzamento de informações estatísticas.

Gráfico 2 - Fontes



Fonte: GIANNINI, 2017.

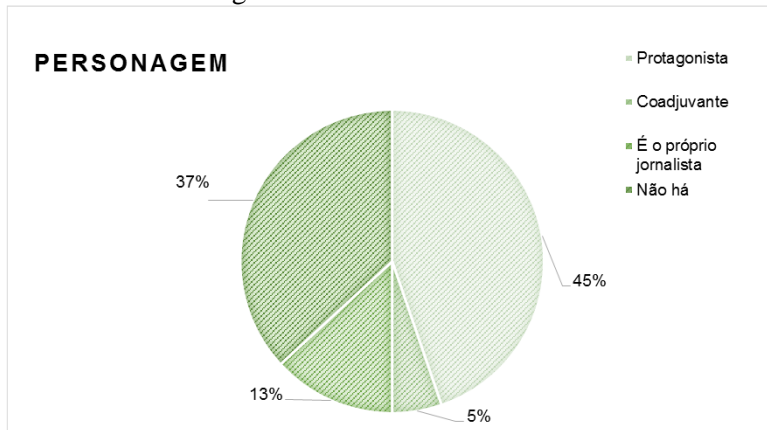
Das fontes ouvidas nas reportagens levantadas nessa pesquisa, 68% foram secundárias, ou seja, que analisam e trazem informações e dados contextualizados e, de alguma forma, correlacionados às temáticas levantadas pelas reportagens. Outro ponto que foi analisado, foi o crédito, vale destacar o número de fontes anônimas, mesmo estas sendo minorias (6%), foi constatada uma fonte oficial anônima com caráter de denúncia e vítimas de violência ou situações análogas.

Personagem

O protagonismo das personagens analisadas nas 39 reportagens traz que, mesmo as fontes oficiais sendo maioria nas fontes ouvidas para a criação das reportagens, as

personagens relacionadas às minorias sociais têm papel protagonista no desenvolvimento da reportagem, sendo, muitas vezes a fonte oficial consultada como um “protocolo jornalístico” ou até mesmo, como cobrança dos direitos relacionados à cidadania aos quais as reportagens se tratam.

Gráfico 3 - Personagem



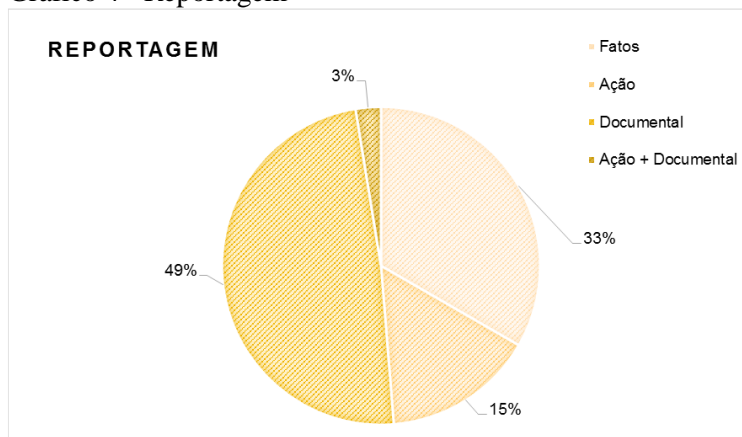
Fonte: GIANNINI, 2017.

Portanto, os grupos marginalizados como mulheres, negros, índios e moradores de comunidades têm um espaço maior no desenrolar da narrativa, sendo inclusive, na maioria das reportagens analisadas, representados por fotos, vídeos ou áudios.

Reportagem

Quanto à classificação das reportagens analisadas, nota-se que a maioria apresenta características documentais, com diversos materiais anexados como fotos, documentos e infográficos.

Gráfico 4 - Reportagem



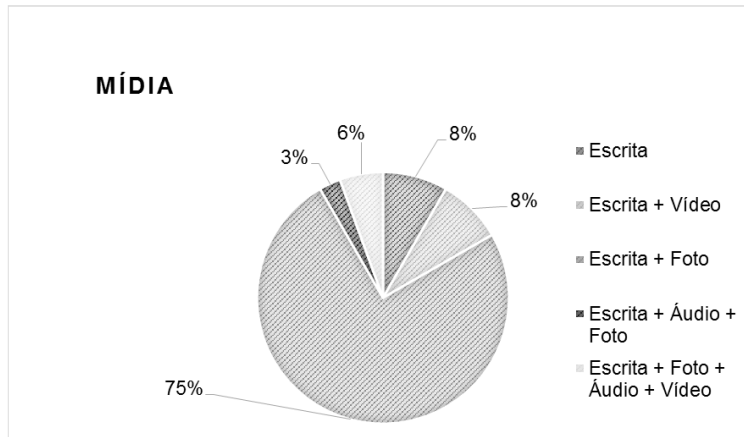
Fonte: GIANNINI, 2017.

Esse tipo de reportagem normalmente é mais extensa, pois além da apresentação dos anexos, que são fragmentos de leis, dados abertos ou demais documentos que apresentam legitimidade jurídica, eles são contextualizados e aplicados em determinado contexto, no corpus analisado, ela representa 49%, seguida das reportagens de fatos, que são 33%.

Mídia

Com relação às mídias utilizadas nas reportagens analisadas, constatou-se que a maioria (75%), é representada por texto escrito e fotografia, sendo os recursos de multimídia que a internet possibilita como a mescla de vídeos, áudios, fotos e escrita, ainda reduzido.

Gráfico 5 – Mídia



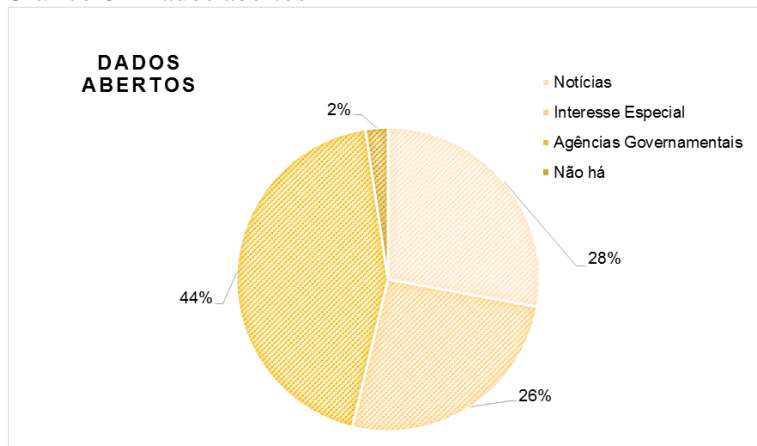
Fonte: GIANNINI, 2017.

Pode-se observar também que a mídia de áudio é a que aparece com menos frequência nas reportagens, sendo portanto, os recursos visuais mais recorrentes nos portais analisados.

Dados abertos

No corpus analisado constatou-se que quase a totalidade (98%), utiliza de dados abertos como recurso para a construção da narrativa, sendo os dados oriundos de agência governamentais, os que aparecem com maior frequência. Um exemplo que vale ser ressaltado é a reportagem *As Jogadas de Trump no Brasil e as revelações dos Panamá Papers*, publicada em agosto de 2016 pela Agência Pública, que utilizou da Lei de Acesso à Informação para averiguar os detalhes integrais dos acordos de sociedade realizados por Donald Trump e empresários brasileiros, entretanto, o pedido foi negado, mesmo sendo o banco que realizou as transações financeiras, público.

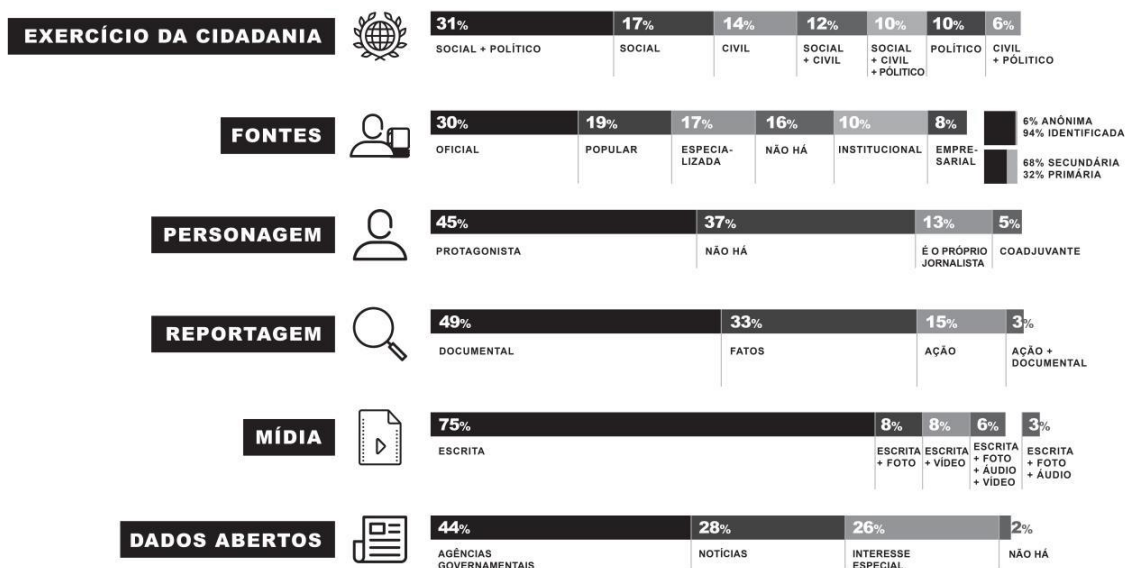
Gráfico 6 - Dados abertos



Fonte: GIANNINI, 2017.

Também é válido ressaltar o expressivo número de reportagens que se utilizaram de outros materiais jornalísticos como fonte (“notícias”, 28%), aprofundando temáticas que até já foram abordadas por outros veículos, mas são apresentadas a partir de outras perspectivas.

Gráfico 7 – Resultados compilados



Fonte: GIANNINI, 2017

Foi constatado que a mídia independente investigativa e de dados promove a cidadania por meio de reportagens veiculadas, a partir de pautas que envolvem os três direitos relacionados a ela: social, civil e político, essa constatação foi obtida pela análise de conteúdo, a qual contabilizou que 100% das reportagens analisadas promovem a cidadania.

Como foi indicado no Gráfico 7, a pesquisa resultou em um panorama da promoção da cidadania no jornalismo independente e de dados brasileiro. Ao relacionar os dados com as respostas obtidas, pode-se fazer cruzamentos interessantes como o fato da mídia escrita ser a mais utilizada com a escassez de recursos para manter os portais, relatado via questionário, que será detalhado a seguir.

QUESTIONÁRIO APLICADO

O questionário composto por seis questões foi aplicado de seis de junho a 30 de julho de 2017 via internet¹⁸. As respostas foram nominais para assim, correlacionar dados resultantes da análise de conteúdo com as respostas obtidas a partir dos questionários.

Quanto às pautas elencadas pelos portais analisados, é possível constatar que as respostas evidenciam um jornalismo que não se concentra no cotidiano: “não trabalhamos com o hard News – Amazônia Real”, “não nos aventuramos na cobertura do dia-a-dia” – AzMina e o principal critério elencado pelos respondentes como conclusivo na hora da escolha da pauta é a sua relevância para a sociedade: “nossas pautas são escolhidas de acordo com relevância do assunto tratado – Volt Data”, “a escolha das pautas da agência Amazônia Real se dá a partir da relevância dos temas que fazem parte de nossa cobertura – Amazônia Real”, “nos dedicamos a pautas investigativas, a dramas humanos que afetam, principalmente, as mulheres - AzMina” e “a demanda parte da identificação de violações de direitos humanos que assolam o cotidiano da sociedade – Agência Pública”.

No que diz respeito à escolha dos personagens que compõem a reportagem, fica evidente que os portais escolhem as personagens a partir da sua relevância na tratativa do tema: “focamos em pessoas que sejam protagonistas – Cidade para Pessoas”, “A escolha das personagens se dá a partir de sua importância no contexto daquela história – Amazônia Real”, “escolho pessoas que estão ligadas direta ou indiretamente ao assunto abordado – Agência Pública”, são alguns exemplos.

Ainda no que diz respeito às personagens, é possível notar respostas que coincidem com os resultados obtidos na análise de conteúdo realizada por essa pesquisa que relatou que os grupos marginalizados são tratados como protagonistas das reportagens: “uma liderança indígena do interior do Acre recebe o mesmo e muitas das

¹⁸ Foram obtidas oito respostas completas, dos seguintes jornalistas: Sérgio Spagnuolo - Volt Data, Natália F Garcia – Cidade para Pessoas, Fábio S. Pontes – Amazonia Real, Alessandro Ribeiro – Livre Jor, Carolina Vicentin – AzMinas, Inácio França – Marco Zero, José Cícero da Silva – Agência Pública e Bárbara Liborio – Aos Fatos.

vezes até mais destaque do que um doutor da USP especialista em Amazônia, por exemplo – Amazônia Real” e “por exemplo, se fazemos uma matéria sobre violência obstétrica, não ouvimos apenas a mulher que tem plano de saúde, mas também a que depende do SUS – AzMina”.

É possível constatar a partir das respostas obtidas que o motivo que leva a esse aprofundamento e protagonismo das fontes marginalizadas está relacionado ao fato de todos os portais analisados serem de jornalismo investigativo e independente: “no jornalismo investigativo há mais cuidado em desenvolver melhor a história das pessoas, em contar em mais detalhes e profundidade os contextos e realidades que elas vivem – Volt Data”, “já o jornalismo investigativo, em minha visão, procura as pessoas que tenham papel ativo e relevante naquilo que se dispõe a investigar. – Cidade para Pessoas”, “já o jornalismo independente e investigativo vem para justamente se contrapor a essa hegemonia dos veículos tradicionais, abrindo espaço a personagens até então excluídos – Amazônia Real”, “o jornalismo investigativo, em profundidade, permite que o repórter dedique mais tempo à pauta, aos dados, as histórias. A reportagem não fica sufocada pela pressa do dia-a-dia – AzMina”.

No caso de um jornalismo comprometido com o interesse da maioria da população, ou seja, da parcela mais vulnerável da população, é fundamental respeitar tudo o que o entrevistado - mais do que "personagem", um ser humano - tem a dizer, pois muitas vezes suas palavras podem desmentir e mudar o foco da investigação.
(Inácio França, Marco Zero, em resposta ao questionário dessa pesquisa).

Ainda no que tange às relações entre o jornalismo independente e investigativo e o jornalismo tradicional, os jornalistas responderam que: “sem independência e investigação o jornalismo não vai adiante – Volt Data”, “é uma das coisas que pode oxigenar o jornalismo, trazendo novas visões, novas pautas e novos modelos de negócios para compor a complexa trama do noticiário – Cidade para Pessoas, “acho que o jornalismo independente e investigativo é o que garante a sobrevivência do jornalismo em um sentido amplo – AzMina” e “a relevância maior é garantir maior diversidade de vozes, algo fundamental num país em que os resultados eleitorais foram desprezados com contribuição decisiva do discurso midiático – Marco Zero”.

Outro ponto de destaque e recorrência nas respostas foi a questão das alternativas encontradas pelo jornalismo independente para viabilização financeira das reportagens:

As formas de fazê-lo que não sejam industriais podem conter respostas relevantes para a saída dessa crise. Isso inclui tecnologias de financiamento como o crowdfunding, periodicidade mais flexível e narrativas multi-linguagens são exemplos dessas respostas.
(Natália F Garcia, Cidade para Pessoas, em resposta ao questionário dessa pesquisa).

Quando juntados o "independente" e o "investigativo" podemos então partir para uma produção que não se vincula ao "sustentável financeiramente", ou que não se baliza pelo retorno financeiro da ação. (Alexsandro Ribeiro, Livre Jor, em resposta ao questionário dessa pesquisa).

Ainda sobre essa questão, foi constatado na análise de conteúdo que duas reportagens da AzMina foram realizadas por meio de financiamento coletivo, *Conheça os deputados que querem acabar com o direito ao aborto*, publicada em setembro de 2016 e *Delegacias da Mulher só existem em 7,9% das cidades brasileiras*, publicada em outubro de 2016.

Outro ponto abordado no questionário que foi obtido pelos resultados da análise de conteúdo, foi a relação do jornalismo independente com a promoção da cidadania. Na análise, foi constatado que todas as reportagens do corpus se tratavam de assuntos relacionados à promoção da cidadania, o mesmo ocorreu nas respostas do questionário, todos os jornalistas alegaram que, ao menos em alguma instância, o jornalismo independente é uma forma de promoção da cidadania. No aprofundamento dessa resposta: “a Revista AzMina, por exemplo, usa a informação como um mecanismo para o empoderamento das mulheres – AzMina”, “porque são as investigações que trazem à tona problemas e questões escondidas do olho público – Volt Data”, “o jornalismo independente tem vocação para abordar questões específicas, assuntos de nichos, perspectivas inovadoras e temas controversos – Cidade para Pessoas”, “o jornalismo independente vem justamente garantir o acesso daquelas populações mais marginalizadas a meios de comunicação onde suas demandas possam ser expostas – Amazônia Real”, “explorar uma das características fundamentais do jornalismo, que é o de dar subsídio para que as pessoas possam participar da vida pública e exercer a cidadania – Livre Jor”, “fazer jornalismo independente é recuperar a função social do Jornalismo como ferramenta de busca pela verdade, pela justiça social – Marco Zero”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa resultou em um panorama da mídia independente, investigativa e de dados brasileira no que diz respeito às suas relações com o exercício da cidadania e a emancipação de grupos marginalizados a partir dessa vertente midiática. A partir da análise, constatou-se que todas as das reportagens analisadas promovem a cidadania e que 10% das reportagens abordam os três direitos relacionados à cidadania simultaneamente.

Além disso, foi constatado que os grupos marginalizados, mesmo não sendo a maioria (fonte oficial 30%, sendo a popular 17%), ocupam, em 47% das reportagens analisadas, o protagonismo na narração dos fatos, isso também foi reforçado nas respostas obtidas do questionário que enfatizam o jornalismo independente, investigativo e de dados, como uma alternativa à mídia tradicional ao ouvir esses grupos, promovendo assim, o interesse público e não pautas relacionadas ao mercado, como, segundo os entrevistados, costumeiramente é observado na mídia hegemônica.

Foi constatado que em 45% das reportagens os grupos marginalizados são tratados como protagonistas da narração, sendo que 49% se tratam de reportagens documentais, enquanto 33% são de fatos. Em 75% das reportagens, a mídia utilizada é a escrita, sendo que apenas 3% do material analisado utilizou de todos os recursos multimídia disponíveis (escrita, foto, vídeo e áudio). Além disso, as fontes foram majoritariamente classificadas como identificadas e secundárias.

Também é interessante observar as menores porcentagens, por exemplo, o fato de que apenas 8% das fontes são classificadas como “empresarial”, o que indica uma tendência do jornalismo investigativo e de dados independente brasileiro em dar menos espaço para defesa ou posicionamento de fontes corporativas, prevalecendo as fontes populares. Por meio do questionário, todos os jornalistas responderam que tal prática jornalística colabora com a promoção da cidadania, apontando que há uma preocupação latente de uma abordagem mais humanizada nesse recorte.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. **Mapa do Jornalismo Independente**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#_>. Último acesso: 18 abril 2016.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy; e GRAY Jonathan (orgs). **Manual de Jornalismo de Dados 1.0**. (E-book) Brasil: EJC e Abraji, 2012. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>>. Último acesso: 17 abril 2016.

BRAIT, Beth. **A Personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Atualizado no Congresso Extraordinário dos Jornalistas, 2007, Vitória, Espírito Santo. Disponível em:

<http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Último acesso: 15 abril. 2016.

DE ASSIS, Evandro et al. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**. Vol. 4, n o 1, 2017.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas - jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação**. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2005.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

HUNTER, Lee Mark. **A investigação a partir de histórias - um manual para jornalistas investigativo**. França: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Setor de Comunicação e Informação, Divisão de Liberdade de expressão, Democracia e Paz, 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, Paris, França. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Último acesso: 17 abril 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 4. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

RAMOS, Daniela Osvaldo; SPINELLI, Egle Müller. **Iniciativas de Jornalismo Independente no Brasil e Argentina**. In: Revista Extraprensa (USP); Ano IX, n° 17, p. 114-123, Jul/Dez, 2015.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de Notícias - Ações e Estratégias das fontes no jornalismo**, 2011.

SEQUEIRA, Cleofe. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1986.